



Cruesp insiste nos 0,75% na data-base!

A rodada de negociação com o Cruesp em 8/6/06 foi aberta com o Fórum das Seis reivindicando a participação da representação estudantil da USP e da Unicamp nas negociações. Face à reação dos reitores, o Fórum propôs que os estudantes participassem da segunda parte da reunião, que discutiria a atuação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2007). Os reitores ficaram de discutir esta proposta no intervalo da reunião.

O primeiro item da pauta foi a questão salarial. A coordenação do Fórum manifestou, mais uma vez, a indignação de professores e funcionários com o reajuste proposto para a data-base, argumentando enfaticamente sobre a necessidade de um reajuste de outra ordem de grandeza. A seguir, todas as entidades do Fórum argumentaram contra o financiamento da universidade via o arrocho de salários, já que nem a perda inflacionária (3,25% pelo ICV-Dieese) estava sendo corrigida. Foi enfatizada a eclosão da greve de funcionários e docentes em vários campi e a manutenção do indicativo de greve em outros, como forma de protesto e luta contra a proposta do Cruesp.

Os reitores da Unicamp e da Unesp apresentaram suas análises do desenrolar da conjuntura econômica,

indicando a necessidade de cautela, pois acham que nem mesmo a estimativa do governo de arrecadação de ICMS de R\$ 40,2 bilhões será atingida até o final do ano.

Esta não é a visão do Fórum, que é sustentada por previsões de crescimento econômico significativo, em particular no segundo semestre, fato corriqueiramente veiculado nos jornais, em publicações de análise econômica e até mesmo no site da própria Secretaria da Fazenda. Além disso, o Fórum lembrou que era necessário instaurar, de fato, a Comissão Conjunta para discutir tratamento isonômico nas três universidades estaduais, que havia sido acordada em 1994 (!) e jamais efetivada.

Foi perguntado aos reitores se as declarações que haviam feito significavam que estavam mantendo a proposta da reunião anterior. O Cruesp fez um intervalo para discussão. Após cerca de 30 minutos, os reitores voltaram, apresen-

tando a seguinte proposta:

- Reafirmaram o reajuste de 0,75% na data-base;
- Constituição de uma Comissão Fórum-Cruesp para Acompanhamento da Arrecadação do ICMS, que se reunirá mensalmente, a partir do início de julho/06. A identificação de cenário de recuperação consistente do ICMS possibilitaria a antecipação do reajuste de setembro/06;
- O Cruesp continua a insistir no índice da Fipe de

2,55%, de modo que o complemento dos 0,75% permanece sendo de 1,79% em setembro/06;

• Como na proposta anterior, se a arrecadação atingir R\$40,6 bilhões, o reajuste de 2,55% retroagiria a maio/06;

• Foi constituída a Comissão conjunta Fórum-Cruesp para discutir a isonomia nas universidades estaduais paulistas (como havia sido combinado em 1994);

• Os reitores concordaram com a participação de representantes do DCE-Livre da USP e do DCE da Unicamp no momento de discutirmos as ações na LDO 2007.

O Fórum declarou que a insistência no reajuste de 0,75% na data-base continuava agudamente insuficiente e que levaria à consideração das Assembléias das categorias a proposta ora apresentada pelo Cruesp. Foi agendada nova rodada de negociação para o dia 22/6, 5ª feira, às 9:30h, na reitoria da USP.

O segundo ponto de pauta, contando já com a presença dos estudantes, foi a atuação na LDO 2007. O Fórum insistiu em alguns pontos:

- É necessário que Fórum e Cruesp reivindiquem a urgência de aumento do investimento do Estado nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza;
- É fundamental obter um acréscimo da dotação no *caput* do artigo 4º da LDO e de seu §1º (que trata da Lei Kandir), pois esses números possibilitam o exercício da autonomia universitária, conquistada em dura luta. Deixar no *caput* os 9,75% do ICMS propostos pelo governo e simplesmente discriminar a dotação orçamentária necessária à expansão já feita e às incorporações significa estrangular paulatinamente a capacidade já instalada da USP, Unesp e Unicamp, hoje o motivo alegado pelo Cruesp para o arrocho salarial que vivenciamos. Além disso, tal postura submete as universidades estaduais ao controle direto do Executivo, comprometendo sua autonomia de gestão financeira, administrativa, científica e, inclusive, educacional.
- A tática do Fórum das Seis consiste, portanto, em lutar por um aumento real no *caput* do artigo 4º e seu §1º, aí incluída a expansão **continua na p.2**

Nossas propostas para a LDO 2007

33%
da receita de impostos para a educação geral, incluindo:

11,6% do ICMS para as universidades estaduais e...

2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza

Compareça na Audiência Pública do Orçamento!!!
14/6 • 4ª feira • 14h00 • Assembléia Legislativa

FORUM das seis
DCE Livre - USP e DCE Unicamp

Assembléia Geral da AduSP

19/6, 2ªfeira, 17h, Auditório da Faculdade de Educação

• Indicativo de greve • LDO 2007 • 51º Conad

já realizada, sem se opor a que as estimativas do Cruesp para a incorporação das Faculdades de Medicina de Marília e de São José do Rio Preto sejam explicitadas no §4º do artigo 4º da LDO e que o custo da implantação definitiva do campus de Limeira da Unicamp seja explicitado em parágrafo específico. No entanto, nossa experiência na Assembléia Legislativa (Alesp) indica que quanto menos mexermos no texto do governo, sem deixar de defender o desenvolvimento e a ampliação das universidades estaduais, mais simples é o debate com os deputados.

• Os reitores pareceram sensibilizar-se com a argu-

mentação do Fórum, especialmente sobre a necessidade de lutar para mudar os 9,57% contidos no *caput* do artigo 4º da proposta do governo. Vamos observar as conseqüências concretas desta discussão e acompanhar de perto a atuação do Cruesp na LDO 2007.

Diante da manutenção da proposta de reajuste de 0,75% na data-base, o Fórum das Seis, reunido após a rodada do dia 8/6, decidiu indicar às Assembléias das categorias:

- Manutenção do movimento de greve onde já deflagrado;
- Manutenção do indicativo de greve pelas categorias e campi que ainda estão discutindo tal providência;

• Reiteração da importância da nossa participação massiva:

1) na audiência pública do Orçamento Estadual 2007, 4ª feira, 14/6, às 14h, no auditório Franco Montoro da Alesp;

2) na audiência pública sobre Financiamento da Educação Pública, 4ª feira, 21/6, das 9 às 13h, no anfiteatro Franco Montoro da Alesp;

3) no Ato Público do Funcionalismo em defesa dos serviços públicos, 4ª feira, 21/6, a partir das 14h, na Alesp.

Uerj há dois meses em greve por mais verbas

“Retido”. Foi com esse decepcionante termo que professores e funcionários da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) receberam seus contracheques do último mês, o segundo de uma greve prolongada que se estende desde o dia 3 de abril, sem data para acabar. Os motivos da greve se enfileiraram e apontam para uma flagrante degradação da universidade estadual. Os professores se encontram sem reajuste há cinco anos, a infra-estrutura dá sinais de fragilidade (uma rampa desmoronou durante o mês de fevereiro) e a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Mateus, anunciou no fim de março um corte de 25% da verba mensal destinada à universidade para esse ano (de R\$ 2,9 milhões para R\$ 2,2 milhões). Em 12/04, a situação se agravou após o anúncio de corte do ponto dos servidores.

“Estamos sendo violentados; eu sei que a palavra é forte, mas é isso mesmo”, diz Antonio Coscarelli,

membro da diretoria da Associação dos Docentes da Uerj (Asduerj). A entidade entrou com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça contra a suspensão dos salários. “A Secretaria [Estadual de Administração] está inclusive ferindo a autonomia universitária”, acrescenta o professor.

A Uerj é uma das instituições vinculadas à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), órgão que, junto com a Secretaria Estadual de Administração, intermediava a negociação de questões financeiras e administrativas entre a Uerj e o Governo do Estado. Essa situação diferenciada permitiu a medida tomada pelo secretário da Secti, Wanderley de Souza, de fazer uma complementação da cota mensal da Uerj utilizando fundos da Faperj, órgão que fomenta a pesquisa no âmbito estadual, também vinculado à Secti.

Wanderley afirma que, com esse complemento de R\$ 800 mil, a verba destinada à Uerj

na realidade aumentaria em relação à cota original, antes do corte. A proposta é criticada em duas frentes: dinheiro de pesquisa estaria sendo usado para custeio estrutural, e também por ser um “remendo”, uma verba que não fica vinculada ao orçamento, portanto fragilizando a situação da universidade. “A Faperj não tem essa finalidade”, diz Coscarelli. Para o professor, o remanejamento da verba se insere num contexto de falta de comprometimento orçamentário com a educação, que teria se agravado nos oito anos de gestão do casal Garotinho.

Reitor apóia comunidade

Além disso, o discurso oficial divulga dados do orçamento da Uerj como se o total arrecadado pela universidade fosse oriundo dos cofres do Estado, quando na verdade a instituição obtém mais de 30% de seu orçamento total por meio de outras atividades, como a oferta de cursos e rea-

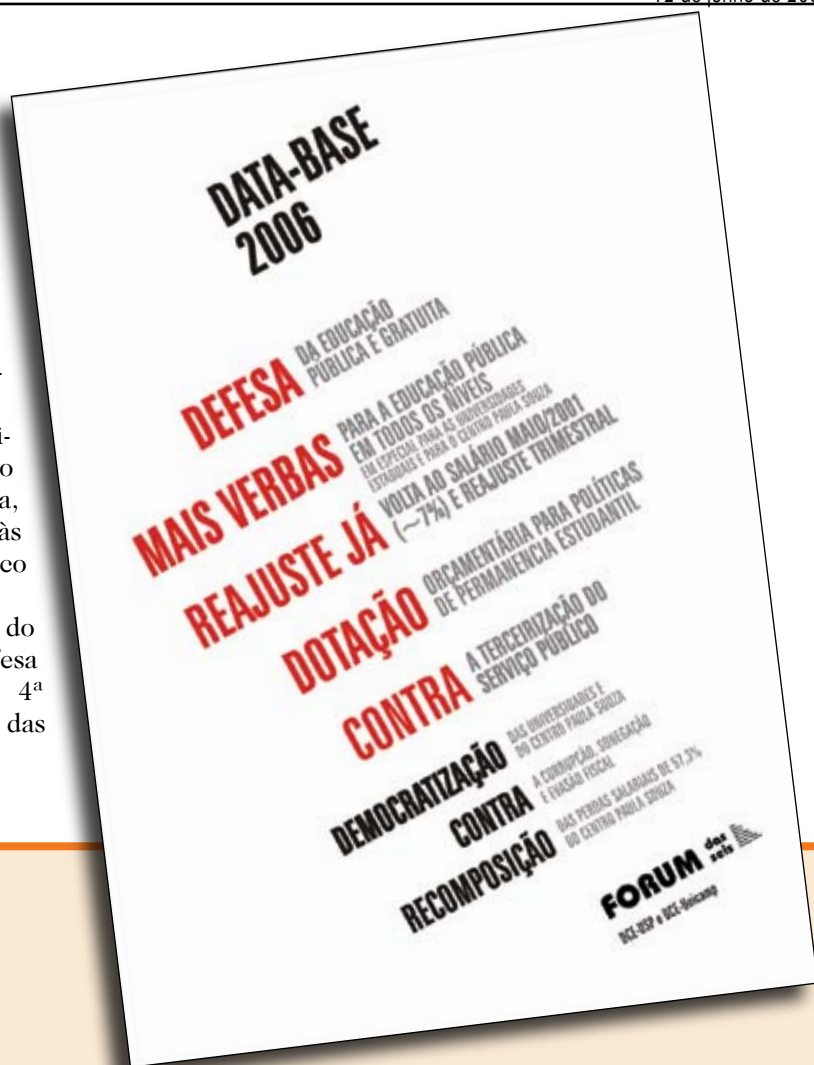
lização de pesquisas (vide *Estado investe e Uerj quase dobra orçamento em seis anos*, publicada em 9/5/2006, no sítio da Secti). Segundo Coscarelli, por conta do investimento mingüado, esse tipo de atividade torna-se uma imposição perversa: “Eles forçam isso” — ou seja, captação de recursos extra-orçamentários, por meio da “prestação de serviços” e oferta de cursos pagos — “através da redução de recursos”.

O reitor Nival Nunes se posicionou junto à comunidade universitária, fazendo críticas frontais à Governadora, à Secti e à forma com que a administração vem tratando a Uerj. As denúncias foram levadas à Assembléia Legislativa em uma audiência pública para debater especificamente o orçamento da Uerj, no dia 1/6. Wanderley de Souza estava no exterior e não enviou representante da Secti ao encontro. Tampouco compareceram os deputados da base governista, reforçando a resistência do

Governo à negociação.

Um dos pontos de tensão em torno da negociação ocorreu quando a Uerj decidiu, em 16/5, suspender o vestibular de 2007 enquanto a reivindicação de mais verbas não fosse acatada — a data do primeiro exame estava marcada para 25/5. Alguns estudantes inscritos para o processo seletivo realizaram manifestações em protesto, e a decisão foi questionada judicialmente pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Em pronunciamento, a Reitoria da Uerj afirmou que um novo calendário será agendado, mas não mencionou datas.

A Asduerj defende a decisão de não realizar o vestibular sem que as verbas sejam incorporadas ao orçamento. “Nós não temos como colocar mais alunos nessas condições”, diz o professor Coscarelli. “Essa questão é facilmente resolvida à medida que o governo resolver voltar a financiar a Uerj”, completa.



Ainda sobre a insegurança dos contratos precários

Os contratos precários na USP continuam sem solução definitiva. Em listagem enviada pela reitoria à Adusp, constatamos que persistem cerca de 800 contratos precários (veja os números destes contratos, por unidade, em www.adusp.org.br/precarios/). São, portanto, no mínimo 800 docentes cujos contratos de trabalho encontram-se em flagrante desrespeito à legislação vigente.

A aprovação pelo Conselho Universitário de ingresso exclusivamente por concurso público, em 2004, contribuiu para que várias unidades passassem a contratar por concurso. Entretanto, o ingresso na EACH e de docentes sem o título de doutor continua sendo feito de modo precário. É também por esse motivo, mas não só, que a Adusp defende que a carreira tenha início no nível de docentes com título de mestre. Há diversas áreas do conhecimento que ainda não contam com doutores em número suficiente para preencher as vagas docentes. Nestes casos, a contratação de mestres é essencial e não pode ser feita de modo precário.

A regularização da situação trabalhista de docentes ainda contratados de modo precário por meio da abertura de concursos públicos, com garantia de vaga, é uma forma adequada de tratar o problema, sendo imprescindível que tal sistemática seja retomada, o mais breve possível, pela nova reitoria da USP.

A Adusp propõe que os concursos com garantia de vaga sejam abertos para docentes com qualquer tempo de casa. A existência pura e simples de contrato precário deveria, no mínimo, ser motivo de constrangimento para qualquer setor da esfera pública, em particular para a USP.

Um novo caso na Esalq

Após 17 anos como docente da USP, o professor Vital Pasquarelli Jr. teve sua renovação de contrato rejeitada pelo Conselho do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq. Embora houvesse dois pareceres – um interno e outro externo à unidade –, ambos favoráveis à renovação, a Congregação referendou a decisão do Departamento. Em recurso à Congregação contra a não renovação de seu contrato, o professor Vital solicitou a concessão de efeito suspensivo, ou seja, que permanecesse recebendo salário até que houvesse uma decisão final, se necessário, por parte do Conselho

Universitário. A Congregação negou e o professor foi excluído da folha de pagamento da USP.

A insegurança a que estão submetidos os docentes com contrato precário é evidenciada pelo fato de que em setembro de 2004, o Departamento comunicou ao professor Vital que seria aberto um concurso público na sua vaga, nos moldes do programa de regularização dos contratos precários. Porém, o professor não foi avisado, a não ser algumas horas antes do período de inscrições ser encerrado, o que o impediu de inscrever-se. O candidato inscrito foi aprovado, indicado pela banca e tomou posse

na vaga do professor Vital. Não houve, por parte da unidade, gestões junto à reitoria para obter uma vaga extra a ser utilizada na recontração do professor.

O recurso do professor Vital para permanecer na USP seguiu até o Conselho Universitário e recebeu parecer favorável da Comissão de Legislação e Recursos. O diretor da Esalq pediu vistas ao processo, devendo manifestar-se sobre o caso. Aguarda-se que tal manifestação venha no sentido de solicitar uma vaga à reitoria da USP para que o Conselho do Departamento possa re-discutir a renovação contratual do professor Vital.

A perversidade dos contratos precários

Em sua última reunião, o Conselho Universitário analisou três recursos de docentes que tiveram seus contratos precários não renovados. O desenrolar desses processos merece nossa atenção.

Ao contrário do que se esperaria, dois dos recursos mencionados não foram acatados pelo Conselho Universitário. O terceiro, interposto pelo professor Vital Pasquarelli Jr., permanece sem solução devido a um pedido de vistas ao processo. Veja breve relato deste caso no quadro acima.

Não raro, recursos como estes envolvem docentes que se dedicaram à universidade por muitos anos, tiveram seus contratos renovados várias vezes e encontravam-se em caráter permanente no exercício do RDIDP. Por razões diversas, que podem incluir dificuldades impostas pelas chefias dos próprios departamentos e unidades, tais docentes não tiveram sua situ-

ação contratual regularizada por concursos com garantia de vaga. Em consequência, estes são obrigados a submeter-se a seguidos processos de renovações contratuais. Devido a motivos diversos, a partir de um certo momento, seus contratos passam a não mais interessar a grupos dirigentes nos seus departamentos e, portanto, não são renovados. As alegações vêm travestidas de análises de mérito acadêmico ou são apenas afirmações vagas de que o docente não tem o “perfil” que interessa ao departamento. Uma análise mais cuidadosa desses processos revela a falta de motivação para sustentar uma decisão tão séria, que acarreta drásticas consequências para a vida desses colegas. Cabe lembrar que, quando um contrato precário não é renovado, o docente não recebe qualquer tipo de indenização e, não raro, se vê retirado da folha de pagamentos, mesmo antes que seu recurso seja analisado pela instância

máxima da universidade.

Tais situações revelam o caráter perverso do contrato precário e a simples existência desses recursos na pauta do Conselho Universitário

deveria servir para motivar o órgão máximo da universidade a procurar formas de evitar que casos como esses continuem ocorrendo.

Há várias medidas que podem minimizar os problemas decorrentes do modo de contratação precária, por exemplo:

1. Retomar o processo de regularização dos contratos precários por meio da abertura de concursos com garantia de vaga para docentes com qualquer tempo de casa;

2. Estabelecer que todo e qualquer processo de demissão de docentes contratados de modo precário siga o mesmo trâmite previsto para docentes concursados;

3. Garantir que os docentes permaneçam recebendo salários até que seus processos sejam analisados pela instância máxima da universidade;

4. Definir o início da carreira no nível dos professores assistentes mestres;

5. Determinar o ingresso exclusivamente por concurso público, inclusive para cursos novos.

CUMPRIMENTO DA AÇÃO DO GATILHO

Continuamos aguardando que a Reitoria convoque nova reunião exclusiva com a Adusp sobre o assunto, conforme prometido

Quem defende a Educação Pública?

Carta da Adusp-Regional Piracicaba aos docentes

Piracicaba, 6 de junho de 2006.

Caro Colega,

A Adusp-Regional Piracicaba, ao longo dos anos, representa condignamente os interesses dos docentes e tem tomado decisões com representatividade. Por isto, vem prestar esclarecimentos e convidá-lo a fortalecer a Campanha Salarial 2006 e pelo aumento do orçamento da educação pública do Estado. Veja, foi com nosso apoio e paralisações que o Fórum das Seis conseguiu o reajuste salarial de quase 90% nos últimos cinco anos e conseguiu aumentar de 8% para 9,57% a cota do ICMS para as Universidades Paulistas.

Todo ano se repete a mesma manobra. Falam de compromissos, de responsabilidades na tentativa de justificar a compressão dos salários e aumentar a verba para outros custeios e investimentos. Comprimir o salário docente é fórmula eficiente de sucateamento da educação, como atesta a situação da educação pública fundamental e de nível médio. O Cruesp não defende o financiamento da educação pública e, na educação superior, tem sido instrumento de compressão dos salários, além de favorecer a política de expansão desordenada das universidades. Não dispondo de dotação orçamentária para suportar as incorporações da Faculdade de

Engenharia Química de Lorena (Faenquil), pela USP; Faculdades de Medicina de São José do Rio Preto e de Marília, pela Unesp; e Campus de Limeira da Unicamp, parece encontrar no arrocho salarial a fórmula mais fácil do que trabalhar por mais recursos.

Refleta sobre quem está do lado da educação e analise o Código de Ética da USP:

Artigo 5º - É dever dos membros da Universidade:

II. defender e promover medidas em favor do ensino público, em todos os seus níveis, e do desenvolvimento da ciência, das artes e da cultura, bem como contribuir para a dignidade, o bem-estar do ser humano e o progresso social;

Artigo 6º - Constitui dever funcional e acadêmico dos membros da Universidade:

V. promover a melhoria das atividades desenvolvidas pela Universidade, garantindo sua qualidade;

Artigo 15 - Cabe ao docente:

II. contribuir para melhorar as condições do ensino e os padrões dos serviços educacionais, assumindo sua parcela de responsabilidade quanto à educação e à legislação aplicável;

IV. empenhar-se na defesa da dignidade da profissão docente e de condições de trabalho e remuneração compatíveis com o exercício e aprimoramento da profissão;

Para informações sobre o financiamento da educação sugerimos que seja consultada a página da Adusp (<http://www.adusp.org.br/noticias/Informativo/214/inf21402.html>).

Esperando que o Colega também seja um defensor da educação, contamos com sua participação no fortalecimento da campanha salarial e pelo aumento de recursos para a educação.

Compareça às Assembléias!

Saudações,

Marcio R. Lambais
Diretor Regional/Adusp
Flávio C. A. Tavares
Representante da
ESALQ no CR/Adusp

Estudantes em greve

Em assembleia geral realizada no dia 8/6, os estudantes da USP decidiram entrar em greve. Um comando de greve também foi constituído para começar a se reunir a partir de 9/6.

A decisão surpreendeu a diretoria do DCE, que defendia indicativo de greve com discussão nos cursos, sem paralisação imediata das atividades. “Considerávamos que

não havia condições para isso no momento”, disse Bruno Mandelli, integrante do DCE, “mas fomos surpreendidos por uma grande parcela dos estudantes que defendeu adesão imediata à greve”.

Segundo Bruno, “o DCE vai se comprometer com a instância democrática do movimento e começar a construir a greve nos cursos, e a gente espera que os pro-

fessores, de um modo geral, respeitem a autonomia dos estudantes que decidirem aderir à greve, não aplicando nenhum tipo de punição”.

Cerca de 400 estudantes compareceram à assembleia de 8/6. Alguns cursos realizariam assembleias na segunda-feira, 12/6, inclusive em horário de aula, para organizar o movimento de paralisação.

Diário Oficial do Estado dá ampla divulgação a curso pago da Poli

Aousadia dos privatizadores da USP não conhece limites. Agora é o *Diário Oficial do Estado* (edição do Poder Executivo, Seção II) que divulgou na edição de 3/6/2006, em página nobre (III), com manchete de duas linhas cheias e até publicação de fotografia, uma “reportagem” sobre o MBA Gestão de Operações – Produtos & Serviços, oferecido pelo Programa de Educação Continuada em Engenharia (Pece) em atividade na Escola Politécnica.

O pagamento de tal MBA, como explica a própria matéria, “pode ser feito em 12 parcelas de R\$ 1.400, e a taxa de matrícula é de R\$ 1.300”, ou seja, trata-se de um curso pago que cobra um total de R\$ 18.100

por estudante. Como o texto faz questão de lembrar, o “corpo docente é formado por professores e especialistas vinculados à USP”.

Em suma, trata-se tipicamente de atividade que, por ser ilegal, deu ensejo à ação civil pública que o Ministério Público Estadual move contra a USP, para que essa instituição de ensino seja proibida de oferecer cursos pagos de qualquer modalidade ou a qualquer título. O mais grave é que o *Diário Oficial*, um órgão do poder público subvencionado pelos tributos pagos pelos contribuintes, faça propaganda de um procedimento que viola frontalmente o inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal em vigor.

Direito de Greve

A Assembleia da Adusp de 6/6 aprovou, por unanimidade, moção contra qualquer forma de coação ao legítimo exercício do direito de greve.